

## OS EFEITOS DO TAC SOBRE A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA PECUÁRIA NO PARÁ

**Silvia Cristina Maia Olimpio**

*Universidade da Amazônia*

*maiaolimpio@yahoo.com.br*

**Cyntia Meireles Martins**

*Universidade da Amazônia*

*cyntiamei@hotmail.com*

**Mario Miguel Amin Garcia Herreros**

*Universidade da Amazônia*

*marioamin@gmail.com*

### RESUMO

A bovinocultura de corte representa uma das principais atividades do agribusiness brasileiro, sendo o segundo produtor mundial. No entanto, esta representatividade de produção é permeada de antigos conflitos entre os agentes componentes dessa cadeia de produção, restringindo seu acesso no atual cenário do mercado mundial, o qual demanda abordagens dinâmicas como respostas às constantes exigências do ambiente de negócio, em termos de competitividade e governança. Neste sentido, este artigo apresenta uma reflexão crítica dos efeitos de um instrumento de coerção utilizado na resolução de parte desses conflitos no comportamento das estruturas de governança presentes na cadeia produtiva de carne no estado do Pará. A metodologia caracterizou-se como de natureza exploratória e descritiva, a partir do levantamento de dados secundários, visando à resolução do objetivo proposto na pesquisa. Os resultados apontam o aumento do monitoramento das fazendas fornecedoras, mas, ainda persiste a necessidade de mudança no comportamento dos agentes em relação à competitividade no processo produtivo.

**Palavras-Chave:** Pecuária, Governança, Ambiente Institucional

**Eixo temático:** Mercado Global, Cadeia de Suprimentos e Certificações.

### INTRODUÇÃO

A pecuária representa uma das principais atividades do *agribusiness* brasileiro, pois de acordo com FAOStat (2015) os maiores produtores mundiais de carne bovina em milhões de toneladas são EUA com 11,698 t e o Brasil com 9,675 t., sendo que o Brasil apresentou a maior variação absoluta na produção com 2,273 milhões de toneladas.

A partir de 2004, o Brasil assumiu a liderança nas exportações mundiais de carne bovina, mantendo relações comerciais com 180 países. A bovinocultura de corte está presente em todos os estados da federação, o que evidencia a importância econômica e social dessa atividade (SANTOS et al., 2012). De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC, 2010), a pecuária de corte rendeu um faturamento de R\$ 50 bilhões e empregou 7,5 milhões trabalhadores.

Esta atividade produtiva tem uma experiência histórica nos campos de pastagem na Amazônia. Sua implementação ocorreu por incentivo do governo federal como objetivo de povoar grandes vazios demográficos. Para Costa (2012, p. 83) a pecuária de grande porte apresentou-se de forma positiva, pois adequou o uso de grandes extensões de terras com um mínimo de trabalhadores e inibiu a expansão da agricultura tradicional de terras novas (a expansão da fronteira agrícola), garantindo mercado para a intensificação da produção de arroz, milho, feijão e mandioca em áreas antigas. Após sua consolidação configurou-se uma atividade com pouco investimento em melhoria da qualidade das pastagens, os quais se encontravam em variados estágios de degradação, com baixo controle de sanidade animal e pouco incentivo ao melhoramento genético do rebanho.

Porém, a partir de 1990, com o processo de abertura comercial e estabilização dos preços um novo ciclo de negócio começou a se originar, fundamentado no esgotamento do modelo de derrubada das matas originais, e na necessidade de legalização ambiental. Este período promoveu um aumento de demanda interna por bens de consumo e bens de capital. Ocorrendo a expansão em determinados setores, como o setor agropecuário via redução dos incentivos fiscais e aumento da produtividade.

O atual comportamento das cadeias de produção de carne brasileira está fundamentado por regras institucionais para a valorização da sustentabilidade ambiental de todas as unidades produtivas envolvidas. A obrigatoriedade e efetivação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) atrelado a principais linhas de financiamento representa um marco deste processo. Porém, o mercado nacional já atuava no direcionamento dos seguintes pontos chave, que são; orientação crescente ao consumidor, a intensificação tecnológica (genética, manejo, gestão e logística), a sanidade e qualidade animal (maior confiabilidade), redução do ciclo produtivo e dos custos de produção (escala) (CARVALHO, 2011). Estes fatores demonstram um novo modelo de negócios principalmente no que diz respeito ao financiamento e em seus elos, os quais são desde a produção de insumos até o processo de comercialização.

No entanto, no estado do Pará para que esta dinâmica de valorização ambiental fosse sustentada, ações de coerção do estado foram implementadas punindo determinados atores da cadeia denunciados pelo incentivo a degradação ambiental. Isto ocorreu, mediante a assinatura do termo de ajustamento de conduta – TAC. Neste sentido, o objetivo deste artigo recai sobre a compreensão da influência deste termo, sobre as estruturas de governança das unidades produtivas pertencentes a esta cadeia.

## Revisão Bibliográfica

A teoria institucional cresce em importância, tanto para analisar o funcionamento da economia quanto para observar como uma mudança institucional afeta o modo de vida das pessoas e das organizações em diferentes nações. O estudo precursor desta teoria, denominado “Antigo” Institucionalismo, postulou uma forte crítica à teoria ortodoxa neoclássica, a partir dos trabalhos de Thorstein Veblen, Jonh R. Commons e Wesley Mitchell. Este arcabouço teórico fundamentou o novo institucionalismo, mais conhecido com Nova Economia Institucional (NEI), que não invalida a tradição ortodoxa, mais incorpora elementos consistentes para explicação dos problemas econômicos. Seus expoentes foram Douglas North, Ronald Coase e como sequência do trabalho desses autores Oliver Williamson (LOPES, 2013).

Para Bueno (2006) a principal proposição da NEI é que as instituições sociais e econômicas se formam para resolver, com níveis distintos de eficiência em diferentes sociedades, o problema da cooperação entre os indivíduos. Neste contexto, tal teoria parte do pressuposto de que as instituições são extremamente importantes para a sociedade e para a economia e seus determinantes são suscetíveis de análise pelas ferramentas da Teoria Econômica, diferenciando-se neste sentido, da concepção neoclássica que não considerava esta análise e restringia sua interpretação na racionalidade dos agentes econômicos.

A NEI contempla uma pluralidade de teorias sobre instituições entendidas como regras formais e informais, normas de comportamento, convenções e códigos de conduta auto-impostos. Mecanismos estes responsáveis pela eficácia econômica. Seu objetivo fundamental recai sobre o estudo das transações como indutor dos modos alternativos de governança.

North (1990) define instituições como a constituição das regras do jogo de uma sociedade, as quais determinam formalmente os limites estabelecidos pelos homens para disciplinar as interações humanas e que conseqüentemente estruturam incentivos de natureza política, social e econômica. North (1998), ainda ressalta que as instituições podem gerar uma estrutura de incentivos, tendo como exemplo as instituições políticas e econômicas, determinantes básicos para o desempenho econômico de uma sociedade. Para o autor as instituições agregaram uma estrutura de incentivos que determinam o grau de inversão social dos fatores, sendo que o comportamento dos agentes é determinante. O custo de quantificar este comportamento é a chave dos custos de transação, podendo estes serem definidos, como aqueles que estão sujeitas todas as operações de um sistema econômico. Tais custos abarcam a organização do sistema econômico e determinam a distribuição de benefícios.

Zylbersztajn (1995) ressalta os custo de transação, que representam o custo *ex-ante* de preparar, negociar e salvaguardar um acordo bem como os custos *ex-post* dos ajustamentos e adaptações que resultam. Em suma, são os custos de conduzir o sistema econômico. Para este autor deve-se estudar tais custos como indutores dos modos alternativos de organização da produção (governança) dentro deste arcabouço analítico institucional. O ambiente institucional é o *locus* de parâmetros de deslocamento que influencia as decisões sobre a forma organizacional de produção a ser adotada.

Os custos de transação trabalhados por esta teoria fundamentam-se no comportamento dos agentes. Tais custos abarcam a organização de um sistema e determinam a estrutura de incentivos e benefícios. O alto custo das informações e seus diferentes níveis de acesso são os pontos de partida para explicar como alguns agentes conseguem vantagens em determinadas relações. Considerar que a negociação entre os agentes é um mercado, sendo que a informação é uma variável indispensável, demonstra o papel fundamental das instituições na formulação e controle dos contratos, além das leis e padrões de conduta que balizam o ambiente econômico e institucional.

Neste aspecto, a figura do Estado representa um papel central, na medida em que define e cuida do “*enforcement*” da base legal de uma sociedade, respondendo diretamente pela manutenção e formação de suas regras formais no combate aos agentes oportunistas. O Estado ao definir a estrutura de propriedade e de incentivos sobre o que é produzido condiciona o desempenho econômico. A NEI enfatiza que a própria definição de Estado está ligada a manutenção dos direitos de propriedade e regras de produção e que para alcançar o desenvolvimento econômico as sociedades deveriam primar por instituições eficientes, originadas na transmissão de valores culturais, na solução de problemas específicos e nos custos de transação herdados no processo político, pois um conjunto de instituições políticas e econômicas que ofereçam transações de baixo custo viabilizaria a existência de mercados de produtos e fatores eficientes necessário ao desenvolvimento.

### 1.1 Estruturas de Governança

Zylbertrstajn (1995) ressalta que a estrutura de governança de uma transação representa a expressão de como estas ocorrem. O instrumental teórico da NEI possibilita a análise do uso de mecanismos apropriados para regular uma determinada transação visando à minimização de custos, inseridos em um ambiente de pressupostos comportamentais que prevalecem o oportunismo e a racionalidade limitada<sup>1</sup>. O autor afirma que as dimensões de análise para o *agribusiness* perpassam pelas características das transações e governança presente no ambiente organizacional e institucional. Com

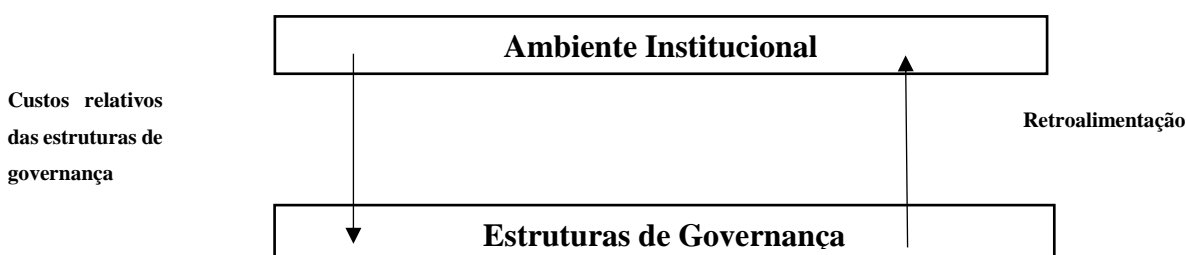
<sup>1</sup> Oportunismo, refere-se a um pressuposto comportamental que enfatiza a ação dos agentes na busca do seu auto-interesse. Já a racionalidade limitada faz referência ao agente econômico que deseja ser racional, porém só consegue ser de forma limitada (NORTH, 1990).

isto, o autor defende a adaptabilidade do sistema como forma resultante do ambiente em que o envolve.

Fiani (2011) enfatiza as estruturas governança como a matriz institucional na qual as transações são negociadas e executadas. Mais especificamente o conjunto de regras – instituições – que fundamentam o arcabouço em que as transações se desenvolvem. As regras presentes em uma estrutura de governança especificam quais os agentes envolvidos em uma determinada transação, qual o objeto e que tipos de interações podem existir entre os agentes no desenvolvimento da transação. Neste sentido, o ambiente institucional, como destaca o autor, define as regras gerais que presidem as relações em uma dada sociedade e que servem de base exatamente para que os agentes constituam estruturas de governança com arranjos institucionais específicos para desenvolverem suas transações particulares.

Para este autor não resta dúvida que o ambiente institucional afeta as estruturas de governança, pois o ambiente institucional afeta os custos relativos de cada tipo de governança, em função das restrições que impõe sobre cada tipo específico de estrutura de governança. Isto promove um movimento de **retroalimentação**, como destaca o autor (Figura 1). No qual o ambiente institucional afeta a estrutura de governança, assim como a estrutura de governança afeta o ambiente institucional.

**Figura 1**  
**Relações entre estruturas de governança e o ambiente institucional**



Fonte: Fiani (2011, p 96).

Neste contexto, o ambiente institucional tem influência direta sobre as estruturas de governança e sobre o direcionamento das ações dos agentes econômicos. Tal análise fundamenta uma proposição fundamental de Stoker (1998) sobre governança, referente à dependência estratégica entre instituições, no qual a governança representa um processo interativo, não de único ator público ou privado, mas sim de ambos terem a capacidade de enfrentar problemas de forma unilateral. O autor enfatiza que as organizações dependem de outras organizações para atingirem metas e alcançarem objetivos, onde o resultado da troca é determinado não apenas pelos recursos dos participantes, mas também pelas regras do jogo e pelo contexto de troca.

### Metodologia

A presente pesquisa caracterizou-se como de natureza exploratória e descritiva, realizada mediante a análise qualitativa a partir da coleta de dados secundários. Tais dados foram coletados mediante a pesquisa em sites de pesquisa além do levantamento da pesquisa bibliográfica de diversos gêneros e literaturas acadêmicas, tais como artigos científicos, dissertações e teses. Esta metodologia proporcionou a reunião de informações que visam à resolução do objetivo proposto na pesquisa. Na pesquisa qualitativa, segundo Peticca-Harris (2016), é considerada a relação entre o mundo real e o



sujeito, proporcionando um estudo minucioso do ambiente, mediante a densa descrição da ação, das características de um determinado evento.

## Resultados e Discussões

Segunda Silva (2010) no início da década de 1990, o rebanho da região Amazônica era formado por 25.754.886 cabeças de gado, que estavam distribuídos 35,11% em Mato Grosso; 24% no Pará; 16,73% no Tocantins; 13,19% no Maranhão; 6,67% em Rondônia; 2,47% no Amazonas; 1,55%, no Acre, e; 0,27% no Amapá. Já em 2008, o rebanho regional foi de 71.401.878 cabeças de bovinos correspondentes a 35,3% do rebanho brasileiro, sendo que a composição do rebanho regional se configurava da seguinte forma: Mato Grosso 36,44%; Pará com 22,75%; Rondônia com 15,65%; Tocantins com 10,35%; Maranhão com 8,77%; Acre com 3,4%; Amazonas com 1,84%; Roraima com 0,67%; e Amapá com 0,13%. Mato Grosso e Pará concentravam aproximadamente 59,18% do rebanho da região, que somado a Rondônia e Tocantins, correspondiam juntos a 85,19% do rebanho amazônico.

Grande parte do crescimento da pecuária na Amazônia, no período supracitado, esteve em função do deslocamento da atividade de áreas menos férteis para áreas desprovidas de infraestrutura econômica com baixos preços de terras. Conferindo-lhe o título de maior responsável pelo desmatamento ilegal, segundo Rivero et al (2009).

Configurou-se assim uma atividade econômica com sua estrutura de governança fundamentada em inúmeras denúncias, porém com expressivo crescimento. Fato que culminou na publicação do relatório do Greenpeace intitulado “A farra do Boi”, que denunciava a relação entre capital público (empréstimos do BNDES), grandes frigoríficos e exportação de carnes da Amazônia com origem em desmatamento. Com isto, foram iniciadas, a partir de 2009, diversas ações civis públicas pelo Ministério Público Federal, principalmente no estado do Pará, que culminaram na assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta – TAC, entre o próprio Ministério Público Federal, com; o Governo do estado, frigoríficos (JBS, Marfrig e Minerva), além de; empresas exportadoras, empresas rurais, curtumes e marchantes (revendedores de gado), proibindo a compra de bovinos advindos de áreas embargadas pelo IBAMA ou pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (BARRETO, 2015).

Um dos resultados destas medidas fora destacado por Caridade (2011) que apresentou uma relação entre finanças corporativas e sustentabilidade enfatizando à Pecuária na Amazônia. A autora destaca o caso do grupo Bertin, maior empresa de proteína animal do mundo, que recebeu em 2007 do International Finance Corporation (IFC) um financiamento de US\$ 90 milhões para ampliação de ativos fixos em unidades no estado do Pará e no Mato Grosso. Entretanto, este financiamento fora cancelado devido ao passivo ambiental constatado pela agência financiadora, além do efeito causado pela publicação do relatório do Greenpeace.

Para Barreto (2015) o resultado das assinaturas dos acordos promovera mudanças significativas na cadeia da pecuária, pois a proporção de fazendas fornecedoras de carne para o frigorífico registradas no CAR elevou-se de aproximadamente 2% antes dos acordos para 96%. Além deste, ressalta Barreto que o percentual de fazendas que abasteciam os frigoríficos investigados e que haviam desmatado recentemente (entre 2009 e 2013) caiu de 36% antes do acordo para 4% depois do mesmo. Porém, este “*enforcement*” fora enfraquecida devido a implementação do novo Código Florestal em 2012, que anistiou áreas desmatadas e pelo próprio escopo do termo ser limitado às fazendas de engorda. Agregando a isto existem, como destaca o autor, fragilidades que favorecem a comercialização de gado de origem ilegal por mecanismos de vazamento (venda para frigoríficos que não cumprem o acordo) e de lavagem (venda de gado de origem irregular por meio de fazendas regulares).

De acordo com Azevedo (2016), os termos do acordo, como instrumento jurídico, visaram solucionar parte do problema do desmatamento de forma “amigável” o que seria resolvido por uma ação judicial.

O autor ressalta que as críticas do setor produtivo em relação à legalidade dos acordos assinados por frigoríficos não procedem, uma vez que as imposições do Ministério Público Federal visam o cumprimento da lei e possibilitam o tratamento privilegiado para empresários rurais que buscarem regularizar sua propriedade, conforme o “Termo de Compromisso assinado”. Para este autor esta instituição deve atentar para as questões relativas ao acesso à informação, principalmente por parte dos pequenos e médios produtores, continuando com as parcerias para que sejam proporcionados recursos para o planejamento ambiental e laboral.

Todo este conflito reafirma o que a teoria da Nova Economia Institucional preconiza, de que as transações ocorrem em uma intensa influência mútua entre instituições e organizações. Isto determina a estrutura de governança adequada que está em função do ambiente institucional, ou seja, o ambiente institucional tem influência direta sobre as estruturas de governança e sobre o direcionamento das ações dos agentes econômicos.

O termo de ajustamento representou um avanço ao controle do desmatamento na Amazônia. Os principais frigoríficos (JBS, Marfrig e Minerva) foram obrigados a divulgar em seus sites os relatórios, feitos por auditorias externas contratadas pelas mesmas, de atendimento ao compromisso de adoção dos critérios mínimos para a operação de gado e produtos bovinos em escala industrial<sup>2</sup>. Mas estes relatórios se restringem a comprovação do aumento das compras de fazendas diretas de fornecimento monitoradas. Destacamos a o relatório da Marfrig que atuou com 100% de fornecedores com este tipo de identificação. A JBS publicou em seu plano de trabalho em 2014, de “não comprar gado de fazendas fornecedoras sem mapa georreferenciado da propriedade a partir de Dez/2014”, a companhia passou de 71%, em 2014, para 80% das compras de gado de fazendas monitoradas em 2015. Já a Minerva tinha 85% de fazendas com mapas no ano passado, esse percentual subiu para 92%. Além disto, as referidas empresas divulgam também seus relatórios de sustentabilidade, indicando ações de disseminação e aplicação de práticas de desenvolvimento sustentável.

Ainda persiste a necessidade de desenvolver uma nova pecuária na Amazônia buscando a sua intensificação, reduzindo a atual área ocupada pela metade e mantendo o mesmo rebanho, liberando áreas para a regeneração e para outras atividades mais sustentáveis (HOMMA; DINIZ, 2011). A estrutura de governança da cadeia se fundamenta na forma extensiva, na qual as criações ocupam grandes áreas de terra, com taxa média de ocupação em torno de uma Unidade Animal por Hectare (UA/ha), pois o sistema de produção adotado, em sua maioria, possui baixa tecnologia aplicada. A venda da carne se destinada para todo mercado nacional e local. Outras partes do boi são destinadas à venda para outras regiões, a exemplo do couro, para empresas de curtume em Franco-SP, e do sebo do boi são vendidos para empresas em Lins-SP (OLIMPIO, 2013).

Homma (2001) já ressaltava que as perspectivas para o desenvolvimento deste setor, em termos de uma integração vertical, iriam depender de contínuas criações de pesquisas que são restritas na região, pela falta de investimento em C&T, pois os incentivos fiscais concedidos por instituições financeiras para várias unidades produtivas não apresentaram o retorno esperado pela falta de maior apoio tecnológico em escala apropriada, os quais induziriam estas unidades a distintos níveis de investimento. No entanto, Santana (2006) enfatizou que o estado possui inúmeras vantagens comparativas que precisam ser transformadas em vantagens competitivas. Estas estão se configurando em vantagens de custos tornando a pecuária e a agroindústria altamente lucrativas na região, segundo Araujo e Ponte (2015). Estes autores analisam que com o crescimento destas forças econômicas, vetores do desmatamento, será difícil a conservação com ações apenas de “comando e controle”, ou seja, somente com ações impositivas.

<sup>2</sup> Ver Minerva S. A. (2016) e Marfrig Global Foods S.A. (2016).

Apesar das mudanças impostas no ambiente institucional para diminuir as causas do desmatamento, Fonseca (2016) apresenta 387 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia Legal. Representando um crescimento de 69% em relação a setembro de 2015, quando o desmatamento totalizou 229 quilômetros quadrados. O desmatamento em 2016 ocorreu em distintos níveis percentuais, dentre os quais destaca o autor; Mato Grosso com (42%), Pará (25%), Rondônia (16%), Amazonas (15%) e Tocantins (1%). As florestas degradadas na Amazônia Legal somaram 2.592 quilômetros quadrados em setembro de 2016. A degradação ocorreu no Mato Grosso (94%), Amazonas (2%), Acre (1%), Pará (1%), Rondônia (1%) e Tocantins (1%).

A Amazônia sofre pressão com a elevação do índice de preços da carne bovina (FAO *Meat*, 2015). Além do *status* de área livre de febre aftosa com vacinação, desde 2014. Assim grande parte da região pode comercializar seu rebanho com outros estados e países. Neste sentido, debater sobre a relação entre o ambiente institucional e sua estrutura de governança em um momento de crescimento do setor e dos indicadores de desmatamento impõe um desafio para a comunidade acadêmica, para as instituições, organizações empresariais e não empresariais e para a sociedade.

### Conclusão

Os resultados apontam o aumento do monitoramento das fazendas fornecedoras cadastradas no Cadastro Ambiental Rural, ou seja, um avanço ao controle do desmatamento na Amazônia. Contudo, ainda persiste a necessidade de mudança no comportamento dos agentes em relação à competitividade ao longo de todo processo produtivo. O novo ciclo de negócio já se apresenta como uma realidade para os agentes desse processo e conflitos nesse sentido restringem o seu acesso ao atual cenário do mercado mundial.

São necessárias mais pesquisas que versem sobre a temática para impulsionar o debate, sem vieses de valores, envolvendo todos os segmentos da sociedade sobre o profissionalismo deste setor, fundamentando ações competitivas sustentáveis e ambientalmente viáveis. Principalmente porque o debater sobre governança, faz referência à dependência estratégica entre instituições, como um processo interativo, não de único ator público ou privado, mas sim de ambos terem a capacidade de enfrentar problemas de forma unilateral, pois as organizações dependem de outras organizações para atingirem melhores resultados, porém esse último é determinado não apenas pelos recursos dos participantes, mas também pelas regras do jogo e pelo contexto de troca.

### Referências

AMBROZINI, L. C. **Contratos formais e relacionais: uma análise da composição da estrutura de governança nas relações Inter organizacionais a partir da análise de conteúdo e função dos contratos.** Tese- USP. Ribeirão Preto, 2015.

ANDRADE, R. P. **Consequências positivas das barreiras não-tarifárias no comércio internacional da carne bovina,** UFRJ. TESE, 2007.

ANTUNES, L.M. **Manual de Administração Rural: Custos de Produção.** Guaíba: Agropecuária, 1999. 196 p.

ANUÁRIO DA PECUÁRIA BRASILEIRA (ANUALPEC; 2013). São Paulo: Instituto NP, 2013.

ARAÚJO, M.J. **Fundamentos de Agronegócios.** São Paulo: Atlas, 2007.

ARAÚJO, R. C. & PONTE, M.X. **Agronegócios na Amazônia: ameaças e oportunidades para o desenvolvimento sustentável da região.** Revista de Ciências Agroambientais. MT, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE. **ABIEC. Pecuária Brasileira.** Disponível em: <abiec@com.br>. Acesso em: 5 março 2013.

- AZEVEDO, Davi Quintanilha Failde de. **O tratamento dado aos empresários agrários nos TACs assinados por frigoríficos situados no estado do Pará.** In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVII, n. 120, jan 2014. Disponível em: <<http://www.ambitojuridico.com.br/site/>>. Acesso out 2016.
- BARRETO, P. **Como melhorar a eficácia dos acordos contra o desmatamento associado à pecuária na Amazônia?** / Paulo Barreto; Holly Gibbs. – Belém: Imazon; Madison: University of Wisconsin, 2015.
- BUENO, N. **A Nova Economia Institucional e a Historiografia do Período Colonial Brasileiro.** Departamento de Economia. UFV, 2006.
- CARVALHO, T. B. **Cadeia de Pecuária de Corte: Perspectivas de Produção e Consumo no Brasil**, SOBER, 2011.
- CARIDADE, A. V. **Relações entre Finanças Corporativas e Sustentabilidade: um estudo de caso ligado à Pecuária na Amazônia.** FEA, USP, 2011.
- COSTA, F. A. **A questão agrária e macropolíticas para a Amazônia.** Revista Estudos Avançados. v. 19 n. 53. São Paulo 2005.
- COSTA, F. A. **Formação Agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável.** Belém: NAEA, 2012.
- FAOSTAT- *Food and Agriculture Organization of the United Nations Statistics*, Disponível em [www.fao.org](http://www.fao.org), obtido em 2015.
- FAO. Meat Prices. **Economic and Development Department.** Trade and Markets Division. Disponível em [www.fao.org](http://www.fao.org), obtido em 2015.
- FONSECA, A., J., M., S Jr., C., & V, A. **Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (setembro de 2016) SAD (p. 1).** Belém: Imazon, 2016.
- FIANI, R. **Cooperação e Conflito: Instituições e Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- FOREST, M. **Governança e Coordenação na Cadeia Produtiva da Carne Bovina: O caso da HOLDING MSX GROUP.** UFGD/Dissertação. 2014.
- GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- HOMMA, A. K. O. **História da Agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio.** Belém, Embrapa Oriental, 2001.
- HOMMA, A. K. O. **Amazônia: Transformando a segunda natureza degradada para uma terceira natureza mais sustentável.** DINIZ, M. B. (Org) **Desafios e potencialidades para a Amazônia do século XXI.** Belém: Paka-Tatu, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Estado do Pará, pecuária 2011.** Disponível <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 1 abr. 2013.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016.
- LOPES, H. C. **Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglas North.** Revista de Economia Política, vol. 33, nº 4 (133), pp. 619-637, 2013.
- MARTINS, G. A; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Editora Atlas, 2007.



- MATOS, L. B. **Efeitos dos custos de transação sobre a integração especial de mercados regionais de frango no Brasil.** Viçosa, MG, 2008. Disponível em [www.ufv.br](http://www.ufv.br)
- MENEZES, J. T. G. **Agronegócio: uma abordagem econômica.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- NORONHA, J. F. **Projetos agropecuários: administração financeira, orçamento e viabilidade econômica.** Ed. Atlas: São Paulo, 1987. 269p.
- NORTH, D. C. **Custo de Transação, Instituição e Desempenho Econômico.** Instituto Liberal. Rio de Janeiro, 1998.
- NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance.** Cambridge University Press, 1990.
- OLIMPIO, S. C. **A Caracterização da Pecuária no Município de Altamira.** Relatório de Pesquisa, UFPA, 2013.
- PITELLI, M. M. **Sistema agroindustrial brasileiro da carne bovina: análise do impacto das mudanças institucionais europeias sobre a estrutura de governança.** Piracicaba/ESALQ/USP, 2004.
- PETICCA-HARRIS, A., GAMA, N., ELIAS, S. T. A. **A Dynamic Process Model for Finding Informants and Gaining Access in Qualitative Research.** Organizational Research Methods, July 2016; vol. 19, 3: first published on February 15, 2016
- RIVERO, S. et al. **Pecuária e Desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia.** Nova Economia, Belo Horizonte, 2009.
- RIVERO, S. et al. **As Amazônias do século XXI/ Sérgio Riveiro, Frederico G. Jayme Jr (Org)-Belém: EDUFPA, 2008.**
- REVISTA EXAME**, Edição 1098. Ano 49. Nº 18. 30 de Outubro de 2015.
- ROCHA, M. M. **Integração Vertical e Incerteza,** USP/TESE, 2002.
- SANTANA, A. C. **A dinâmica da agroindústria animal no Estado do Pará.** Amazônia Ciência e Desenvolvimento, Belém, v. 2, jul/dez, 2006.
- SANTOS, J. A. N. dos. et al. **A agroindústria da carne bovina no Nordeste.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.
- SEVERINO, A. J., 1941. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, L. G. **Pecuária de exportação na Amazônia: dinâmicas e perspectivas.** Dissertação/ UFPA/NAEA, 2010.
- STOKER, G. Governance as theory: Five propositions. International Social Science Journal, vol. 50, n. 155, mar 1998.
- ZYLBERTSZTAJN, D. **Estrutura de Governança e Coordenação do Agrobusiness: Uma aplicação da nova economia das instituições.** Tese de Livre Docência. USP, 1995.
- WILLIAMSON, O. **The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead.** Journal of Economic Literature. Vol XXXVIII pp. 595-613, 2000.